

**FSM**FERNANDO SOUSA MAGALHÃES & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L.FERNANDO SOUSA MAGALHÃES
CARLA PEREIRA PIMENTA
PAULA CRISÓSTOMO

Certificação de Fotocópia

Nos termos do Art. 38º do DL 76-A/2006, de 29 de Março e da Portaria 657-B/2006, de 29 de Junho **certifico** que o presente documento, composto por 6 (seis) páginas foi por mim conferido e encontra-se conforme o respectivo original.

O referido documento foi por mim rubricado e numerado.

Vila Real, 14 de Novembro 2012.

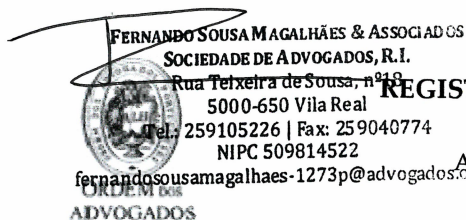
A Advogada

Paula Crisóstomo
FERNANDO SOUSA MAGALHÃES & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L.
Rua Teixeira de Sousa, nº18
5000-650 Vila Real
Tel: 259105226 | Fax: 259040774
NIPC 509814522
fernandosousamagalhaes-1273p@advogados.ao.pt

(ao abrigo do disposto no artigo 1.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 88/2009, de 13 de Março)

Registado na O.A. sob o n.º 50376P/242

Custo: Avença.



REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Marie Claire Canário
CÉDULA PROFISSIONAL: 50376P

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de fotocópias

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Gold Energy - Comercializadora de Energia, S.A.
NIPC n.º. 507857542

OBSERVAÇÕES

Certifico a presente fotocópia, composta por seis páginas, se encontra conforme o seu original, nomeadamente Licença de Comercialização de Gás Natural em regime de mercado livre, emitida em 30 de Dezembro de 2008, pela Direção Geral de Energia e Geologia a favor da Dourogás Comercial - Companhia Comercializadora de Gás, S.A.

EXECUTADO A: 2012-11-14 12:05

REGISTADO A: 2012-11-14 12:07
COM O N.º: 50376P/242

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=16135251+127436>.



**Direcção Geral
de Energia e Geologia**

1
FERNANDO SOUSA MAGALHÃES & ASSOCIADOS
SOCIÉDADE DE ADVOGADOS, R.L.
Rua Teixeira de Sousa, nº18
5000-650 Vila Real
Tel.: 259105226 / Fax: 259040774
NIPC 509814522
fernandosousamagalhaes-1273p@advogados.oa.pt

30.DEZ2008 016447

DOUROGÁS COMERCIAL – Companhia
Comercializadora de Gás, S.A.

Rua 31 de Agosto, 12

5000-305 VILA REAL

Sua referência:

Sua comunicação:

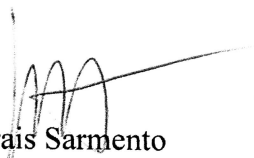
Nossa referência:

DSC

ASSUNTO: Atribuição de Licença de Comercialização de Gás Natural

Junto se remete a licença de comercialização de gás natural, atribuída à vossa empresa.

Com os melhores cumprimentos


Morais Sarmiento
(Subdirector-Geral)

Av. 5 de Outubro, 87
1069-039 Lisboa
Tel.: 21 792 27 00/800
Fax: 21 793 95 40
Linha Azul: 21 792 28 61
www.dgge.pt

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO




FERNANDO SOUSA MAGALHÃES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L.

Rua Teixeira de Sousa, nº18

5000-650 Vila Real

Tel.: 259105226 | Fax: 259040774

NIPC 509814522

fernandosousamagalhaes-1273p@advogados.ca.pt



Ministério da Economia e da Inovação

Direcção-Geral de Energia e Geologia

Licença de Comercialização de Gás Natural em regime de mercado livre

Atribuída, nos termos da legislação aplicável à actividade de comercialização de gás natural em regime de mercado livre, à empresa

**DOUROGÁS COMERCIAL – COMPANHIA
COMERCIALIZADORA DE GÁS, S.A.**



Ministério da Economia e da Inovação

Direcção-Geral de Energia e Geologia

A presente licença de comercialização de gás natural em regime de mercado livre, adiante referida apenas por “licença”, é concedida, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, e do n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de Julho, à sociedade DOUROGÁS COMERCIAL – COMPANHIA COMERCIALIZADORA DE GÁS, S.A.

A actividade licenciada compreende:

- a) A importação e a exportação ou o comércio intracomunitário de gás natural (GN) e gás natural liquefeito (GNL), adiante referidos indistintamente por “gás natural”;
- b) A compra e a venda por grosso de gás natural;
- c) A venda a retalho de gás natural.

Sem prejuízo do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, a licença obedece às disposições seguintes:

A) Direitos do titular da licença:

- 1) Transaccionar gás natural através de contratos bilaterais livremente negociados com outros agentes do mercado de gás natural ou através dos mercados organizados, devendo, neste caso, cumprir os requisitos que lhe permitam a aceder a esses mercados.
- 2) Ter acesso às infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte, Infra-Estruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT), da Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural (RNDGN) e às interligações, nos termos legalmente estabelecidos, para venda de gás natural aos respectivos clientes, assumindo o pagamento das respectivas tarifas de acesso nos termos do Regulamento Tarifário.
- 3) Contratar livremente com os seus clientes a venda de gás natural.

B) Deveres do titular da licença:

- 1) Entregar gás natural à RNTIAT e à RNDGN para fornecimento aos seus clientes cumprindo os procedimentos técnicos e financeiros aplicáveis e aprovados pelo gestor técnico global do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN) e, se for o caso, pelo competente operador de mercado, de acordo com a regulamentação aplicável.
- 2) Colaborar na promoção das políticas de eficiência energética e de gestão da procura nos termos legalmente estabelecidos.
- 3) Constituir e manter reservas de segurança de gás natural, relativamente aos contratos para consumo não interruptível celebrados com os seus clientes, nos termos do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de Julho.



Ministério da Economia e da Inovação

Direcção-Geral de Energia e Geologia

- 4) Informar mensalmente o gestor técnico global do SNGN da quantidade de reservas constituídas, relativas ao mês anterior, a que a licenciada esteja obrigada.
- 5) Aplicar as regras da mudança de comercializador que vierem a ser definidas no âmbito do operador logístico de mudança de comercializador de gás natural, logo que este seja constituído.
- 6) Prestar a informação devida aos clientes, nomeadamente sobre as opções tarifárias mais apropriadas ao seu perfil de consumo.
- 7) Emitir a facturação discriminada de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.
- 8) Proporcionar aos clientes meios de pagamento diversificados.
- 9) Não discriminar entre clientes e praticar nas suas operações transparência comercial.
- 10) Manter o registo de todas as operações comerciais, cumprindo os requisitos legais para manutenção de bases de dados.
- 11) Manter por um prazo de cinco anos o registo das queixas ou reclamações que lhe tenham sido apresentadas pelos respectivos clientes.
- 12) Prestar à Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), consoante as suas competências, a informação prevista na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente sobre consumos e preços das diversas categorias de clientes, com salvaguarda do respectivo sigilo.
- 13) Manter a capacidade técnica, legal e financeira necessária para o exercício da actividade objecto da licença.
- 14) Cumprir todas as normas, disposições e regulamentos aplicáveis.

C) Contratos celebrados com os clientes:

- 1) Os contratos celebrados entre o titular da licença e os seus clientes devem especificar, entre outros estabelecidos no Regulamento de Relações Comerciais e no Regulamento da Qualidade de Serviço, os seguintes elementos e garantias:
 - a) A identidade e o endereço do comercializador;
 - b) Os serviços fornecidos e as suas características;
 - c) Os tipos de serviços de manutenção, caso sejam oferecidos;
 - d) Os meios através dos quais podem ser obtidas informações actualizadas sobre os preços e as taxas de manutenção aplicáveis;
 - e) A data de início de venda de gás natural, duração do contrato, as condições de renovação e termo dos serviços e do contrato e a existência de direito de rescisão;
 - f) A compensação e as disposições de reembolso aplicáveis se os níveis de qualidade dos serviços contratados não forem atingidos;



Ministério da Economia e da Inovação

Direcção-Geral de Energia e Geologia

- g) O método a utilizar para a resolução de litígios, que deve ser acessível, simples e eficaz.
- 2) O titular da licença pode exigir aos seus clientes, nas situações e nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, a prestação de caução a seu favor para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de compra e venda de gás natural.
 - 3) As condições contratuais devem ser equitativas e previamente conhecidas, devendo, em qualquer caso, ser prestadas antes da celebração ou confirmação do contrato;
 - 4) Os clientes devem ser notificados de modo adequado de qualquer intenção de alterar as condições contratuais e informados do seu direito de rescisão aquando da notificação.
 - 5) O titular da licença deve notificar directamente os seus clientes de qualquer aumento de encargos resultante de alteração de condições contratuais, em tempo útil antes do período normal de facturação que incluiria esse aumento, por forma a que os clientes possam rescindir os contratos se não aceitarem essas novas condições
 - 6) Os clientes devem receber, relativamente ao seu contrato, informações transparentes sobre os preços e tarifas aplicáveis e as condições normais de acesso e utilização dos serviços do comercializador.
 - 7) As condições gerais devem ser equitativas e transparentes e ser redigidas em linguagem clara e compreensível, assegurando aos clientes escolha quanto aos métodos de pagamento e protecção contra métodos de venda abusivos ou enganadores.
 - 8) Qualquer diferença nos termos e condições de pagamento dos contratos com os clientes deve reflectir os custos dos diferentes sistemas de pagamento para o comercializador.
 - 9) Os clientes não devem ser obrigados a efectuar qualquer pagamento por mudarem de comercializador, sem prejuízo do respeito pelos compromissos contratualmente assumidos.
 - 10) Os clientes devem dispor de procedimentos transparentes, simples e acessíveis para o tratamento das suas queixas, devendo estes permitir que os litígios sejam resolvidos de modo justo e rápido, prevendo, quando justificado, um sistema de reembolso e de indemnização por eventuais prejuízos.

D) Interrupção do fornecimento

A entidade titular da licença pode solicitar ao operador de rede a interrupção do fornecimento de gás natural a algum dos seus clientes, nos casos e termos estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço e no Regulamento de Relações Comerciais do sector do gás natural.



E) Informação sobre preços de comercialização de gás natural

O titular desta licença fica obrigado a:

- 1) Publicitar os preços de referência que pratica em cada momento, designadamente nas suas páginas na Internet e em conteúdos promocionais.
- 2) Enviar à ERSE, trimestralmente, os preços praticados nos meses anteriores e, anualmente, a tabela de preços de referência que se propõe praticar no âmbito da comercialização de gás natural, nos termos da regulamentação aplicável.


F) Extinção e transmissão da licença:

- 1) A licença extingue-se por caducidade ou por revogação.
- 2) A extinção da licença por caducidade ocorre em caso de dissolução, insolvência ou cessação da actividade do seu titular.
- 3) A licença pode ser revogada quando o seu titular faltar ao cumprimento dos deveres relativos ao exercício da actividade, nomeadamente:
 - a) Não cumprir, sem motivo justificado, as determinações impostas pelas autoridades administrativas;
 - b) Violar reiteradamente o cumprimento das disposições legais e as normas técnicas aplicáveis ao exercício da actividade licenciada;
 - c) Não cumprir, reiteradamente, a obrigação de envio da informação estabelecida na legislação e regulamentação aplicáveis;
 - d) Não começar a exercer a actividade no prazo de um ano após a sua emissão ou inscrição ou, tendo-a começado a exercer, a haja interrompido por igual período, sendo esta inactividade confirmada pelo gestor técnico global do SNGN.
- 4) A transmissão da licença de comercialização depende de autorização da entidade emitente, a qual será concedida desde que se verifique a manutenção dos pressupostos que determinaram a sua atribuição.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2008

d/ O DIRECTOR GERAL

José Perdigoto


Noraís Sarmiento
Subdirectora-Geral